

POLÍTICA EDUCACIONAL E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O DESAFIO DA FORMAÇÃO DO EDUCADOR DE JOVENS E ADULTOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Cláudia Costa Duarte

Universidade Estadual da Paraíba
cduartesec@hotmail.com

Maria José Candido Barbosa

Universidade Estadual da Paraíba
mariahcandido@hotmail.com

Resumo: Este relato objetiva uma reflexão sobre a formação inicial do educador de jovens e adultos emanadas das experiências enquanto professoras no Curso de Pedagogia, Campus III, da Universidade Estadual da Paraíba. Analisamos o Projeto Pedagógico do curso, com o olhar voltado para a área de aprofundamento em EJA, a luz das discussões sobre a formação inicial evidenciando-a no movimento nacional dos Fóruns de EJA, iniciado no Seminário Nacional de EJA(1996), perpassando pelos debates dos ENEJAs e dos Seminários Nacionais de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Concluímos evidenciando algumas ações que remetem para o papel social da UEPB para a consolidação da política pública de EJA.

Palavras-chave: ensino superior; formação do educador; EJA.

INTRODUÇÃO

A idéia de escrever esse artigo parte das nossas vivências enquanto educadoras da Educação de Jovens e Adultos. Primeiramente em movimentos sociais populares, a exemplo de nossa participação enquanto animadoras/assessoras de grupos de jovens organizados pela Pastoral da Juventude do Meio Popular, durante a década de 1980. Na década de 1990, participamos do Projeto Escola Zé Peão¹, enquanto alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como alfabetizadoras e, posteriormente, como coordenadoras pedagógicas. Simultaneamente a essa experiência ingressamos como professoras e pedagogas nas redes públicas municipais e estadual de ensino no estado da Paraíba. Vale ressaltar que as nossas atuações vem sendo “regadas” pelas participações/discussões no âmbito do Fórum de EJA da Paraíba, desde a sua instalação em outubro de 1999, e do movimento nacional dos Fóruns de EJA.

Atualmente, nos encontramos trilhando caminhos na EJA no Ensino Superior. Somos professoras substitutas na Universidade Estadual da Paraíba, no campus III, no município de Guarabira, desde abril de 2010, com possibilidade de atuação até dezembro de 2011. Acreditamos que os saberes advindos desta prática pedagógica se somarão a experiências e práticas anteriores, por isso concordamos com Barcelos, (2010, p. 24) quando diz:

Vejo os saberes como algo intrinsecamente ligado à vida – são as viagens que realizei, os livros e revistas que li, a música que me tocou, as amizades, as paixões e amores que vivi, o ódio que senti (se senti), as conversas de que participei. Enfim, é aquilo que forma o meu acervo de conhecimentos. É o conteúdo misterioso deste baú chamado

memória. Essa ligação entre o saber e a vida é que talvez faça com que seja ele – o saber – pessoal e intransferível.

É neste contexto enquanto professoras das disciplinas da área de aprofundamento em EJA, do curso de pedagogia, da UEPB que surge a inspiração para esta produção. Ela emana das reflexões do cotidiano da sala de aula, embasadas pelas discussões teóricas, pelos relatos dos (as) alunos(as) e pelas vivências nas escolas públicas de Guarabira, no momento do estágio supervisionado em EJA. Um aspecto em particular nos chamava atenção, o baixo número de aluno (a) que optaram pela área de aprofundamento em EJA, o que nos levou a refletir sobre a criação dessa área no curso de Pedagogia. Quais os antecedentes históricos, políticos, sociais e culturais que precederam e subsidiam o surgimento dessa área de aprofundamento? Qual a sua repercussão na comunidade educativa?

Com o objetivo de problematizar a respeito das questões acima elencadas, nos propomos a recuperar o movimento nacional de luta que tem impulsionado as políticas públicas de EJA, em particular a de formação de educadores; analisar o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, com destaque na área de aprofundamento em EJA.

A Formação Inicial do educador de jovens e adultos no contexto das políticas Públicas de EJA

A discussão sobre a formação inicial do educador de jovens e adultos hoje é uma realidade e se configura em um dos aspectos importantes para avançar na consolidação das políticas públicas de EJA.

Para entender como foi se dando a tessitura dessa teia destacaremos alguns momentos históricos que contribuíram para evidenciar a discussão sobre a formação inicial do educador de jovens e adultos. O nosso ponto de partida é o Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Natal, no ano de 1996, por ocasião em que o Brasil se preparava para participar da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA)², embora tenhamos que nos remeter a momentos anteriores para entender o processo de mobilização e realização do Seminário. Em seguida destacaremos o surgimento dos Fóruns de EJA no âmbito dos estados e como consequência a realização dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e a Adultos (ENEJAs). Dando continuidade refletiremos sobre as discussões emanadas dos Seminários Nacionais sobre formação do educador de jovens e adultos.

No ano de 1996 o Brasil recebe uma convocatória internacional da UNESCO para participar, em 1997, da CONFINTEA V, em Hamburgo, na Alemanha. A partir daí foi iniciado um processo de elaboração de um diagnóstico que expressasse a realidade educacional brasileira, no que se referia à educação de jovens e adultos. Contando a participação do poder público e da sociedade civil organizada foram realizados três seminários regionais e o processo culminou com o Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos. No diagnóstico um dos aspectos destacados refere-se à formação:

Dentre os problemas enfrentados pela EJA, destaca-se a falta de um corpo docente habilitado para um desempenho adequado a essa modalidade de ensino. Os cursos de formação para o magistério não contemplam as especificidades da área e há poucas alterações de qualificação e especialização nos níveis de 2º e 3º graus, de modo que o professorado dispõe de reduzidas oportunidades de aperfeiçoamento e atualização nos fundamentos teórico-metodológicos da EJA, restrito quase que exclusivamente àqueles programas que empreendem esforços de formação em serviço de seus educadores. Há de se considerar ainda a existência de um elevado contingente de docentes sem habilitação e/ ou formação específica que atuam tanto nas redes públicas de ensino, como nas escolas comunitárias e também nas práticas educativas dos movimentos sociais, para os quais alguns Estados mantêm programas de habilitação de professores leigos. (Documento final do Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, Natal, RN, 8 – 10/09/1996).

O documento final do Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos não teve o reconhecimento do governo brasileiro, pois não foi apresentado na Conferência Regional Preparatória (Brasília, 1997). Há de se considerar que só foi possível a realização do referido Seminário, por meio de um processo democrático porque havia naquele momento histórico a efervescência de um movimento organizado dos educadores em torno de dois projetos de lei que tramitavam no Congresso Nacional, um que se referia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB³ e outro a lei que instituía o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério - FUNDEF⁴.

Apesar da aprovação do texto da LDB apresentado pelo senador Darcy Ribeiro que representava o executivo e atendia os interesses da iniciativa privada e da exclusão da modalidade da educação de jovens e adultos da lei do FUNDEF, o movimento desencadeado pela sociedade civil organizada na época impulsionou muitas outras lutas, a exemplo da luta no campo da Educação de Jovens e Adultos. Paiva; Machado; Ireland (2004, p. 12), entendem que “a experiência mais rica, todavia, na tessitura dessa teia, tem sido vivida nos movimentos internos do Brasil de 1996 para cá, com a constituição dos Fóruns de EJA”.

O primeiro estado a constituir o Fórum Estadual de EJA foi o Rio de Janeiro, em 1996. No momento da realização do I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - ENEJA, em setembro de 1999, no Rio de Janeiro, tinha mais quatro fóruns estaduais constituídos (MG, SP, ES, RS). Em outubro do mesmo ano a Paraíba instala o Fórum Estadual de EJA.

Atualmente, o movimento tem o reconhecimento nacional, fazendo-se presente em todos os estados da federação e no Distrito Federal e dele tem emanado outras ações específicas de visibilidade nacional (onze ENEJAs, três Seminários Nacionais de Formação de Educadores de Jovens e Adultos e os Encontros Regionais da Educação de Jovens e Adultos – realizado, em novembro de 2010, apenas na região nordeste), que o fortalece enquanto propulsor de uma política pública de EJA.

A discussão sobre a formação inicial do educador de jovens e adultos sempre esteve presente nos pontos de pauta e nas deliberações dos ENEJAs. Especial destaque vem sendo dado no que tange ao papel das universidades, explicitando sua tarefa na formação inicial em

nível superior, como preceitua a LDB, e na formação continuada, acrescentando-se a reflexão e sistematização das práticas formativas dos movimentos sociais produzindo metodologias e modalidades de atendimento capazes de responder às demandas de âmbitos estaduais e municipais. No VII ENEJA (2005) volta à reivindicação de uma política que defina a formação dos professores das redes públicas como ação e compromisso efetivos das universidades públicas. Vale registrar que foi deste encontro que saiu a reivindicação por parte dos representantes das IES de realizar o I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos.

No IX ENEJA (2007) dentre as várias reivindicações, destacam-se a criação de uma rede de formação e pesquisa devendo ser concebida com a contribuição do segmento universidades dos Fóruns de EJA, coordenação da ANPED e segmento de educadores populares e professores da rede pública; a garantia de investimentos da esfera pública, em formação inicial e continuada específica para EJA e de acesso dos educadores da EJA e educadores populares nas universidades, gratuitamente em cursos de licenciatura.

No ano de 2006, a temática da formação ganha um espaço privilegiado de discussão com a realização do I Seminário Nacional sobre Formação do Educador de Jovens e Adultos que foi realizado, em Belo Horizonte/MG, sob a coordenação colegiada composta por representações de seis universidades públicas mineiras⁵. O tópico sobre a formação inicial foi abordado por Paiva (2006) que fez uma explanação sobre as concepções e movimentos pela formação de pedagogos para a Educação de Jovens e Adultos na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio. Já Dallepiane (2006) analisou a formação inicial de educadores de jovens e adultos da UNIJUI. Esta Universidade, de caráter comunitário, tem tradição em assessoria e extensão no âmbito da formação continuada de professores de EJA. Desenvolve uma diversidade de projetos, entres os quais, foi pioneiro no Curso de Pedagogia da Terra, em parceria com o MST.

O II Seminário Nacional de Formação foi assumido pelo Fórum Goiano de EJA, em uma parceria entre o Ministério da Educação e a UNESCO e ocorreu no período de 30 de maio a dois de junho de 2007, em Goiânia/GO. Nele Soares (2008) aborda a temática da formação do educador de EJA contextualizando, inicialmente, a própria EJA como campo de política pública, em que advoga por uma nova configuração do campo da EJA, ao tempo que destaca questões que merecem preocupação: a ausência de diretrizes curriculares para a formação do profissional de EJA, a fragilidade na definição da identidade do educador de EJA (principalmente se se considera que raramente um professor atua somente na EJA). A respeito da formação inicial do educador de EJA, destaca a tímida ação da universidade com relação a este tema, tanto no campo do ensino como da pesquisa.

Já o III Seminário de Formação foi realizado, na cidade de Porto Alegre (RS), no período de 26 a 28 de maio de 2010. Ainda não há publicação dos Anais do evento, mas encontramos no portal do Fórum Nacional de EJA os Boletins Informativos e a apresentação dos expositores. A discussão sobre a formação inicial e continuada do educador nas IES foi tema do terceiro painel e contou com a participação Jane Paiva (UERJ) / Leôncio Soares (UFMG) / Cida Zanetti (UFPR) / Marinaide Queiroz (UFAL).

Destacamos para efeito deste artigo, as contribuições de Paiva ao enfatizar que a formação inicial é também formação continuada na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida. A mesma apresentou um conjunto de tensões que se constitui em desafios às universidades: dialogar teoricamente com práticas vivenciadas por professores, reflexionando sobre natureza e características das experiências vividas - compreender percursos, apreensões e sentidos para as experiências; formação continuada - um quefazer diverso, sem formatação a priori - produzido com os sujeitos que participam do processo de formação, tematização e problematização das práticas da modalidade EJA, alterando-as e reformulando-as; - formação continuada – além do saber técnico, vivência cultural e de demais redes de saberes de que os sujeitos participam, em diálogo permanente com as práticas pedagógicas, fortalecendo a perspectiva de que não se faz educação sem cultura processos de formação negociados com professores, à medida que se revelam necessidades, dificuldades, interesses sobre o campo e práticas pedagógicas; superar situações limites - emerge das realidades de trabalho com consciência sobre o significado; descobrir os inéditos viáveis de práticas pedagógicas transformadas e transformadoras.

A seguir nos propomos a refletir sobre os impactos que essas ações tem trazido para a reconfiguração das políticas de formação do educador de jovens e adultos no âmbito do Ensino Superior, especificamente na Universidade Estadual da Paraíba.

O papel social do Curso de Pedagogia da UEPB para um novo entendimento da EJA.

Para entender o papel social da UEPB na implantação de um novo entendimento da EJA se faz necessário explicitar a configuração do Curso de Pedagogia, do Centro de Humanidade (CH), localizado na cidade de Guarabira/PB⁶, que forma sua primeira de concluintes no ano de 2010.

O curso de Pedagogia da UEPB atende um corpo discente heterogêneo, o alunado vem das cidades adjacentes ao município de Guarabira. O ingresso no curso acontece através de diferentes regimes, podendo ser caracterizados da seguinte forma: 1 - Alunos/as oriundos da Cota Universal; 2 - Alunos/as que concorrem à Cota de Inclusão; 3 - Alunos que ingressam através da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, Plataforma Paulo Freire. No que se refere ao regime da cota de inclusão por meio de vestibular teve um aumento progressivo desde o primeiro vestibular, em 2007, de 10% para 50%, em 2011, o que representa um avanço para esta Instituição no que concerne a sua contribuição à democratização do acesso ao ensino superior no Estado e, de modo geral, no país.

O fato é que a história do Curso de Pedagogia no CH ainda é recente. O processo de sua criação remonta de 2005, quando “uma comissão de professores do Departamento de Letras e Educação e do Departamento da Geo-História, apresenta ao Conselho de Centro a primeira versão do Projeto Pedagógico do Curso” (Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, 2009, p. 3, texto pdf.). Em outubro daquele mesmo ano a criação do curso é aprovada por unanimidade pelo reconhecimento da sua importância “para o município de Guarabira-PB e regiões circunvizinhas quanto a oferta de formação docente para a educação infantil, ensino fundamental (séries iniciais) e ensino de jovens e adultos” (idem, p. 4).

Para a elaboração do Projeto Pedagógico (PP) do Curso de Pedagogia, a comissão toma por base os pressupostos teóricos metodológicos acumulados ao longo da história da educação brasileira e, em particular as discussões sobre a história do Curso de Pedagogia trazidas por Libâneo & Pimenta e Brzenzinski; sobre formação profissional de professores, as contribuições em Gauthier, Perrenoud, Charlier e Shön. No âmbito da legislação recorrem a Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, as Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, a Resolução/UEPB/CONSUNI/13/2005, as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, as Diretrizes para Educação de Afro-descendentes, além dos decretos, portarias, declarações, recomendações e outros textos normativos e prescritivos das políticas educacionais.

Do ponto de vista político, percebemos no PP do Curso de Pedagogia a busca por “uma consonância com os princípios nacionais defendidos pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE que traduz em seus documentos a docência como base da formação do educador.” (p. 17),

Neste sentido, é que assume papel fundamental a criação da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE, na década de 90, como espaço de debate e proposições para a formação do educador, mais especificamente do pedagogo, diante das novas exigências sociais e políticas. Esta vem fortalecer a luta pela construção de políticas de formação visando o reconhecimento do papel social e político do professor.

Nesse sentido, evidenciam-se ao longo do texto do PP, aspectos voltados para o lugar social e político do professor materializados em seus objetivos e prioridades, perfil do aluno egresso do curso de Pedagogia, campo de atuação.

Assim, a formação do educador no curso de Pedagogia deve possibilitar o acesso e a produção de novos saberes pedagógicos, tendo em vista, a nova configuração do seu objeto de investigação: a educação. Terá como prioridades: 1) contribuir com a formação crítica de educadores/as enquanto sujeitos históricos, comprometidos com a construção e a transformação da prática educativa; 2) proporcionar a formação educativa que possibilite ao docente à compreensão da prática pedagógica enquanto produção sócio-histórica; 3) desenvolver o processo formativo teórico-metodológico para o exercício da docência no campo da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e nos componentes pedagógicos do Ensino Médio, na modalidade Normal, com áreas de estudo e aprofundamento na Educação de Jovens e Adultos e Gestão Educacional; 4) promover a formação crítico-reflexiva em experiências pedagógicas, programas e projetos vinculados a processos escolares e não-escolares e práticas alternativas em educação, em que sejam requeridos conhecimentos pedagógicos.

Quanto ao perfil do egresso do Curso de Pedagogia, o PP adota o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (parecer CNE/CP N°5/2005), qual seja:

Sujeito participativo no processo de formação humana, agente formador de consciências para o respeito à diversidade, considerando as diferenças: de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, escolhas sexuais, entre outras. Profissional que desenvolva o trabalho em equipe, participe da gestão das instituições: planejando, elaborando e executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais em espaços escolares e não-escolares. O pedagogo formado deverá possibilitar a docência através de atividades pedagógicas inerentes aos processos de ensino e aprendizagem, bem como atividades da gestão dos processos educativos escolares e não escolares. No exercício do trabalho deverá ser capaz de realizar ensino e pesquisa que proporcionem novos conhecimentos nas áreas da Educação Infantil (anos iniciais) do Ensino Fundamental e nos componentes pedagógicos do Ensino Médio (na modalidade Normal), aprofundando na Educação de Jovens e Adultos e Gestão Educacional. Espera-se que nas práticas educativas, desenvolva materiais didático-pedagógicos e metodologias adequadas às atuais tecnologias da informação e da comunicação.

Como campo de atuação profissional o PP destaca distintas funções: professor em Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e em Educação de Jovens e Adultos, para atuar em escolas públicas e privadas; gestão educacional de espaços escolares e não-escolares; coordenador pedagógico em escolas da rede pública oficial e privada; professor de classe especial e de sala de aula de recursos em escola pública ou particular; assessor para pessoas com necessidades especiais, educação de jovens, adultos e em movimentos sociais e populares; pedagogo de instituições educacionais, não propriamente escolares, que atendam crianças, jovens ou adultos, onde seja requeridos conhecimentos pedagógicos.

Além dessas orientações mais específicas do Curso de Pedagogia, estão presentes no PP as contribuições advindas dos debates promovidos no Fórum Permanente das Licenciaturas (FOPEL), que defende a organização curricular da formação docente Eixos Temáticos para os cursos de Licenciatura. Entendidos como componentes articuladores do trabalho pedagógico, os Eixos Temáticos propõem integrar, em cada dimensão da prática educativa (social, política e didático-pedagógica) os saberes e conhecimentos norteadores para a compreensão, análise e intervenção do/a educador/a na sua prática. Tais dimensões correspondem ao ponto de partida e foco da formação do professor e compreendem:

1. Dimensão Social: parte do princípio de que a educação constitui uma prática social, relacionada com as demais práticas e espaços formativos; tais como a família, igreja, partidos políticos. Seu eixo norteador é: Educação e Sociedade: o princípio educativo;

2. Dimensão Política: está relacionada ao caráter político da prática pedagógica expressa na intencionalidade formativa das concepções e políticas educacionais. Tem como eixo norteador Políticas Públicas Educacionais;

3. Dimensão Didático-Pedagógica: voltada para a compreensão do/a educador/a acerca das possibilidades de intervenção didático-metodológica de sua prática, de (re) elaboração e definição do seu papel político e social. Compreende dois últimos eixos norteadores da formação: Docência: a Organização Didática e Docência: Intervenção Pedagógica

A organização curricular proposta está estruturada em três núcleos: Núcleo de Atividades Básicas, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Estudos Integrados,

compreendendo a Educação Básica nos Anos Iniciais (Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental), com duas áreas de Aprofundamento (Educação de Jovens e Adultos e Gestão Educacional).

Dando continuidade a nossa reflexão inicial nos debruçaremos sobre a área de aprofundamento em EJA, no escopo do Curso de Pedagogia.

A área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos

Ao analisarmos o processo de criação do Curso de Pedagogia do CH da UEPB, reconhecemos em seu PP a presença de discussões atuais no campo da formação docente. No que concerne à área de aprofundamento em EJA, podemos afirmar que o Curso de Pedagogia/CH/UEPB vai na contramão do que afirma Moura quando denunciava “existir um silêncio das escolas de ensino normal e das instituições de ensino superiores em torno de seus currículos e ofertas de disciplinas voltadas para a formação inicial” (MOURA, 2006, p. 160).

Como professoras da Área de Aprofundamento em EJA, reconhecemos que as disciplinas ofertadas tem contribuído para o entendimento das políticas públicas em EJA. A carga horária total de 440 horas, distribuídas nos seguintes componentes curriculares: História da Educação de Jovens e Adultos, Fundamentos, legislação e financiamento da EJA, Alfabetização e letramento na EJA e Estágio Supervisionado III, ofertada em cinco semestres letivos tem possibilitado uma visão ampla dos aspectos históricos, políticos, metodológicos, do ordenamento jurídico, bem como observação, participação, vivências, sistematização e reflexão da prática educativa da EJA, conforme ementas explicitadas abaixo:

História da Educação de Jovens e Adultos - Evolução da educação de jovens e adultos, como prática social no contexto da sociedade brasileira; Significado e relevância social das diferentes expressões históricas da educação de jovens e adultos: alfabetização, recuperação escolar, profissionalização, desenvolvimento comunitário, associativismo/sindicalismo e partidos políticos; Processos históricos da Educação de Jovens e Processos históricos da Educação de Jovens e Adultos em âmbito internacional, nacional e estadual: A CONFINTEA, Declaração Hamburgo, A Conferência de Dakar, A UNESCO e suas contribuições para a construção da identidade da EJA e os Fóruns Estaduais de EJA e os Encontros Nacionais (ENEJA's).

Alfabetização e letramento na EJA - Abordagem histórica da alfabetização no contexto educacional brasileiro. Aquisição e desenvolvimento da linguagem. Processos de alfabetização. Novos modelos de aprendizagem da leitura e da escrita; a alfabetização: implicações teórico-metodológicas e políticas; Princípios didático-pedagógicos da alfabetização. Pesquisa em alfabetização. A concepção de alfabetização, alfabetismo e de letramento na EJA; leitura e escrita no processo de alfabetização e pósalfabetização; Letramento: práticas e concepções; Análises de processos de Letramento nas práticas de EJA.

Metodologias do ensino na EJA - Os saberes dos alunos adultos: experiências de vida. O educando e o lugar de vivência. Metodologia da linguagem e comunicação na escola. Mundo do trabalho e as relações produtivas. Metodologia dos Estudos da Sociedade e da Natureza na Educação de Jovens e Adultos. As representações de professores e alunos de EJA sobre a Matemática. Propostas e experiências em Educação Matemática para jovens e Adultos. O ensino de Ciências e suas inter-relações.

Fundamentos, legislação e financiamento da EJA - aspectos legais e realidade da educação no Brasil. O financiamento da EJA no Brasil: as campanhas de alfabetização, o FUNDEF, O Programa Recomeço, o Programa Brasil Alfabetizado, O PEJA. A formação do educador de jovens e adultos. Legislação básica da educação e do ensino.

Estágio Supervisionado III – Observação, participação na educação básica em EJA. Observação da gestão educacional, visitas as escolas, conselhos de classe, reuniões pedagógicas. Sistematização reflexiva da prática educativa. (PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE PEDAGÓGIA/CH/UEPB, 2009)

É no Estágio Supervisionado em EJA que os conhecimentos dos diversos componentes curriculares são utilizados para mediar às reflexões e intervenções no momento de vivências nas escolas campo de estágio.

No campo da Pedagogia, estes saberes e conhecimentos justificam-se pela amplitude do objeto de estudo da EJA, tendo em vista a garantia de um processo educativo pensado para a especificidade dos sujeitos da EJA e o atendimento aos desafios e exigências postos pela sociedade contemporânea.

CONCLUINDO AS NOSSAS REFLEXÕES

Ao longo deste relato procuramos refletir sobre a formação inicial do educador de jovens e adultos partindo de uma visão ampla para situar os leitores sobre o movimento que foi impulsionando essa discussão no âmbito das universidades. Para isso, tomamos como ponto de partida os saberes oriundos de nossa experiência de trabalho como professoras da área de aprofundamento em EJA, no Curso de Pedagogia/CH/UEPB. Esses saberes articulados com os saberes sobre formação inicial produzidos nos Fóruns de EJA, nos ENEJAs, nos Seminários Nacionais de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, nas pesquisas produzidas pelas universidades, nas comunidades de aprendizagem, das quais fazemos parte, nos permite corroborar com Soares (2008, p. 64) quando afirma que

As ações das universidades com relação à formação do educador de jovens e adultos ainda são tímidas se considerarmos, de um lado, a relevância que tem ocupado a EJA nos debates educacionais e, de outro, o potencial dessas instituições como agências de formação.

Na realidade da UEPB esse hiato evidencia-se pela baixa procura dos alunos pela área de aprofundamento em EJA e é reforçado pela fala dos (as) alunos (as), em sala de aula, quando expressam uma falta de entendimento da EJA como modalidade da Educação Básica que está presente para além das práticas de alfabetização: “professora, o que vai acontecer com a EJA quando não houver mais analfabeto no Brasil?”. Há de se considerar que também temos presenciado esse entendimento equivocado por parte de alguns professores do próprio curso de Pedagogia e demais licenciaturas presentes no CH/UEPB. Apesar da positivação do direito

da EJA nas práticas formativas e curriculares expressas no PP do Curso de Pedagogia, esse entendimento ainda não reflete a legitimação por parte dos alunos e professores.

Por fim, ressaltamos que foi na experiência do Estágio Supervisionado III, no período 2010.2, que se evidenciou a contradição entre a teoria e prática no que se refere aos aspectos da gestão escolar e da prática pedagógica das alunas estagiárias do Curso de Pedagogia/CH/UEPB.

Refletir sobre o aspecto da gestão é trazer a tona à discussão sobre a garantia do direito a educação de milhões de jovens e adultos da classe popular que não tiveram acesso à escolarização. A garantia do direito a uma educação de qualidade no âmbito da escola pública está relacionada a três aspectos: acesso, permanência e qualidade da educação. A partir da experiência do estágio percebemos que não há um olhar voltado para as práticas de EJA, pois nas escolas não tem sequer a presença de um representante da equipe gestora no turno noturno.

A prática pedagógica das alunas estagiárias na EJA que deveria ter como referência os conteúdos teórico-metodológicos estudados nos componentes curriculares articulados às práticas pedagógicas das professoras titulares das escolas campo de estágio não são efetivadas. A ausência de eventos de formação continuada por parte dos órgãos gestores para estas professoras, bem como a falta de planejamento escolar tem gerado uma ação improvisada que é perceptível no cotidiano da prática, conforme relato de uma das estagiárias: “os conteúdos são escolhidos aleatoriamente, a professora não tem plano de curso, plano de aula e não sabe os conteúdos que já foram trabalhados em sala de aula”.

Diante do exposto, reconhecemos a importância do papel social da UEPB na construção de um novo entendimento das políticas de formação do educador de jovens e adultos pautado na trilogia ensino, pesquisa e extensão. No que concerne ao ensino, podemos afirmar que o atual modelo vivenciado está de acordo com o proposto nas políticas públicas de formação vigente. A ausência de grupo de pesquisa na área tem dificultado a reflexão e conseqüentemente à produção acadêmica. Quanto à extensão, poderia contribuir com ações de formação continuada de gestores e professores da EJA das escolas campo de estágio, subsidiando com aspectos teórico-metodológicos para a efetivação de práticas exitosas na EJA, ao tempo em que fortaleceria o campo de ação no estágio e, conseqüentemente, a formação inicial do educador de jovens e adultos no Curso de Pedagogia/CH/UEPB.

(Endnotes)

- 1 O Projeto Escola Zé Peão é uma realização do Sindicato dos Trabalhadores e Imobiliários da Construção Civil - SINTRICOM em parceria com o Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Resultado do trabalho desenvolvido com a categoria no enfrentamento ao alto índice de analfabetismo, a Escola Zé Peão é um direito conquistado pelos trabalhadores na Convenção Coletiva de 1990. Em abril de 1991, foram implantadas, nos próprios canteiros de obra, as primeiras salas de aula do Projeto e permanece até hoje. A trajetória de vinte anos do Projeto Escola Zé Peão é marcada por uma estratégia de educação de jovens e adultos cuja ação educativa parte de reflexões marcantes e contemporâneas do mundo do trabalho.
- 2 Já foram realizadas seis CONFINTEAs nos seguintes locais e anos: Elsinore (Dinamarca) 1949, Montreal (Canadá) em 1960, Tóquio (Japão) em 1972, Paris (França) em 1985, em Hamburgo (Alemanha) 1997 e em Belém (Brasil), em 2009.
- 3 A Lei 9.394/1996 – institui as Diretrizes e Base da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1996.

- 4 A Lei 9.424/1996 – institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério, em 24 de dezembro de 1996.
- 5 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de Ouro Preto (UFOP), de Viçosa (UFV), de Juiz de Fora (UFJF), de São João del Rei (UFSJ) e a Universidade Estadual de Minas Gerais.
- 6 Guarabira é um município localizado na Microrregião do Agreste Paraibano (Brejo Paraibano). Geograficamente o município está localizada em uma região em que polariza mais de 30 cidades, todas tendo um forte vínculo com o município, que conta com grandes redes de lojas vindas da Capital, bem como de outros grandes centros do País. Ante essas circunstâncias a população de Guarabira salta facilmente de 60 mil habitantes para uma população flutuante em torno de 120 mil habitantes.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para educação de jovens e adultos**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- DALLEPIANE, Julieta Ida. Pedagogo da educação de jovens e adultos: ousadia no ensinar e aprender. In. SOARES, Leôncio (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006, p. 67-81.
- MOURA, Tânia Maria de Melo. Os estudos e as pesquisas sobre a formação de professores para educação de jovens e adultos: uma releitura do silêncio, dos vazios e das lacunas institucionais no Estado de Alagoas. In. In. SOARES, Leôncio (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006, p. 159-185.
- PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND Timothy D. (Org.). **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea, 1996 – 2004**. Brasília: UNESCO, MEC, 2004.
- PAIVA, Jane. Concepções e movimentos pela formação de pedagogos para a Educação de Jovens e Adultos na Faculdade de Educação da Universidade do estado do rio de Janeiro. In. SOARES, Leôncio (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006, p. 45-66.
- SOARES, Leôncio (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006.
- _____. Avanços e desafios na formação do educador. In. MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: SECAD/MEC, UNESCO, 2008, p. 57-71.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Guarabira, 2009. 63 p, versão em PDF.**